



16º Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais

Tema: “40 anos da “Virada” do Serviço Social”

Brasília (DF, Brasil), 30 de outubro a 3 de novembro de 2019

Eixo: Trabalho, Questão Social e Serviço Social.

Sub-eixo: Movimentos Sociais e Serviço Social.

TRANSFORMAÇÕES NO MUNDO DO TRABALHO E OS IMPACTOS NO SERVIÇO SOCIAL: PRECARIZAÇÃO DAS CONDIÇÕES DE TRABALHO DAS(OS) ASSISTENTES SOCIAIS NO HOSPITAL REGIONAL DE SANTO ANTÔNIO DE JESUS, BA

Saene Santos Silva¹

Deise Maria da Conceição²

Tais Brandão da Silva³

Andréa Alice Rodrigues Silva⁴

Anaise Alves Fonseca Silva⁵

Resumo: Este trabalho objetiva analisar a precarização das condições de trabalho das(os) Assistentes Sociais no Hospital Regional de Santo Antônio de Jesus, BA, frente às transformações no mundo do trabalho e os impactos no Serviço Social. A metodologia utilizada se baseia em uma pesquisa bibliográfica e uma pesquisa de campo, realizada através da experiência de estágio de uma das integrantes da equipe.

Palavras-chave: Precarização do trabalho; Serviço Social; Saúde.

Abstract: in face of the changes in the world of work and the impacts on Social Work. The methodology used is based on a bibliographical research and a field research, performed through the experience of one of the team members. aims to analyze the precariousness of the working conditions of the Social Workers in the Regional Hospital of Santo Antônio de Jesus, BA, in face of the changes in the world of work and the impacts on Social Work. The methodology used is based on a bibliographical research and a field research, performed through the experience of one of the team members.

Keywords: Precarization of work; Social Service; Health.

1 INTRODUÇÃO

A ação humana, independente de ser individual ou coletiva, desenvolve-se na prática do trabalho. O trabalho é definido por Lukács como “o ponto de partida da humanização do homem, do refinamento de suas faculdades,

¹ Estudante de Graduação. Universidade Federal do Recôncavo da Bahia. E-mail:<saenesantoss@gmail.com>.

² Estudante de Graduação. Universidade Federal do Recôncavo da Bahia. E-mail:<saenesantoss@gmail.com>.

³ Estudante de Graduação. Universidade Federal do Recôncavo da Bahia. E-mail:<saenesantoss@gmail.com>.

⁴ Professor com formação em Serviço Social. Universidade Federal do Recôncavo da Bahia. E-mail:<saenesantoss@gmail.com>.

⁵ Estudante de Graduação. Universidade Federal do Recôncavo da Bahia. E-mail:<saenesantoss@gmail.com>.

processo do qual não se deve esquecer o domínio sobre si mesmo” (LUKÁCS apud BARROCO, 2008, p. 21). Porém, na sociedade capitalista, os valores essencialmente humanos perdem a sua característica ontológica para a valoração exacerbada do capital e das relações mercantilizantes.

As relações estabelecidas entre o capital e o trabalho provocam a exploração e a alienação do trabalhador, uma vez que o sistema capitalista resolve separar o produtor dos seus meios de produção, surgindo a expropriação do trabalhador, que, transformado em assalariado, vende sua força de trabalho em troca de um salário. Este trabalho vem se modificando em conjunto com as transformações capitalistas e impactando nas condições de trabalho e vida da sociedade.

Nesse sentido, o presente trabalho tem como objetivo analisar a precarização das condições de trabalho das(os) Assistentes Sociais no Hospital Regional de Santo Antônio de Jesus, BA, frente às transformações no mundo do trabalho e os impactos no Serviço Social.

A metodologia utilizada se distingue em duas fases. A primeira, caracterizada como pesquisa bibliográfica, utiliza-se de fontes como periódicos, artigos, livros, dissertações, etc. E a segunda é resultado de uma análise realizada através da experiência e da pesquisa institucional de estágio de uma das integrantes do grupo elaborador.

O tema se faz relevante para a academia, uma vez que vem discutir o trabalho no cenário atual, refletindo sobre seus impactos para a classe trabalhadora, na sociedade capitalista madura.

2 DESENVOLVIMENTO

O trabalho enquanto ação, dignifica o ser humano, e se define como a interação deste com a natureza, modificando o meio, transformando a si mesmo. Bem como é o trabalho o propulsor das relações sociais que se materializam na vida das pessoas como uma forma de subsistência. O trabalho é compreendido por Marx (1996, p. 297) como:

Antes de tudo, o trabalho é um processo entre o homem e a Natureza, um processo em que o homem, por sua própria ação, media, regula e

controla seu metabolismo com a Natureza. Ele mesmo se defronta com a matéria natural como uma força natural. [...] a fim de apropriar-se da matéria natural numa forma útil para sua própria vida. Ao atuar, por meio desse movimento, sobre a Natureza externa a ele e ao modificá-la, ele modifica, ao mesmo tempo, sua própria natureza.

A capacidade de transformar e planejar os resultados que se esperam alcançar diferencia o ser humano dos outros seres, sendo o trabalho fundante do ser social. A obtenção de recursos, por meio da natureza, com o objetivo de atingir os interesses próprios, riquezas e bens materiais, abriram espaço para a exploração deste recurso.

A partir dos anos de 1970, com o advento da expansão do capital, tem-se a transformação no setor econômico, proveniente da queda das taxas de lucros e de investimentos, como também a crise de superprodução, resultando em uma reestruturação que visava restabelecer os lucros. Desse modo, segundo Harvey (2003, *apud* Freitas, 2016 p. 3), a Acumulação Flexível e a Reestruturação Produtiva surgem como meios de enfrentamento à crise.

Diante deste contexto, novas formas de acumulação e modificações na área de produção, bem como os avanços tecnológicos, começam a dar espaço para uma forma de trabalho desregulamentada e dimensionada a uma flexibilização na produção conhecida como fordismo e taylorismo, que conservava o objetivo de obtenção de lucro, fomentando o desenvolvimento do modo de produção capitalista:

O padrão de produção fordista/taylorista baseou-se no trabalho parcelar e fragmentado, consoante o qual as tarefas eram decompostas a fim de que os operários praticassem movimentos repetitivos, que, somados, resultavam no produto coletivamente produzido. O trabalhador era um mero apêndice da máquina. (ANTUNES, 2003, p. 37 *apud* CUNHA, 2016, p. 186).

Destarte, a divisão do trabalho se constituía na linha de produção, de maneira verticalizada, em que um operário ou um grupo de operários desempenhava uma determinada tarefa, sendo as tarefas interligadas por uma esteira que tinha como finalidade o aumento do ritmo de trabalho imposto pelos proprietários dos meios de produção. De tal modo, agregava-se o fordismo, a divisão fracionada do trabalho, com o taylorismo, ritmo de trabalho deliberado pela contagem do tempo, findando o desperdício na linha de montagem. Havia uma separação entre a elaboração e execução do produto final, sendo

responsabilidade da direção a construção intelectual e, da classe trabalhadora, a execução da montagem em massa.

O ritmo do capital foi-se modificando, havendo assim, o esgotamento da forma de acumulação desempenhada pelo modo de produção vigente (fordista/taylorista), especialmente com a crise de 1970, exigindo uma dinamização da acumulação que substituísse enquanto modelo industrial esta forma, abrindo espaço para um novo sistema de produção com um método flexível, criado no Japão, denominado como toyotismo, *Just in time* ou método *Kanbam*.

[...] ao contrário do fordismo, a produção sob o toyotismo é voltada e conduzida diretamente pela demanda. A produção é variada, diversificada e pronta para suprir o consumo. É este quem determina o que será produzido, e não ao contrário, como se procede na produção em série e de massa do fordismo. Desse modo a produção sustenta-se na existência do estoque mínimo. O melhor aproveitamento possível do tempo de produção (incluindo-se também o transporte, o controle de produção e o estoque), é garantido pelo *Just in time*. (ANTUNES 2006a, p.29 apud KODJA, 2009, p. 53).

Essa forma de se tornar flexível à acumulação capitalista, foi baseada na ideia de uma empresa enxuta e teve reflexos no mundo do trabalho, o que desencadeou a reestruturação produtiva do capital, que, de acordo Santos (2012, p. 270) caracteriza-se por:

Procedimentos de natureza diversificada que os capitalistas adotam para reorganizar os processos produtivos tentando aumentar a margem de lucro. São medidas com investimento em tecnologia que aceleram a produção; demissões e contratações que variam de acordo com a demanda do produto no mercado, entre outras.

As alterações decorrentes da reestruturação produtiva apresentam impactos no mercado de trabalho, que mediatizam e consolidam más condições de vida para os trabalhadores.

No Brasil, essa reestruturação é implantada a partir da década de 1990, sob formas de subcontratação, de terceirização da força de trabalho, contratos por prazo determinado, precarização das condições de trabalho e negação de direitos historicamente conquistados. Exigem-se trabalhadores polivalentes, multifuncionais, que exerçam várias funções ao mesmo tempo, com a elevação da jornada de trabalho, sem que, entretanto, haja aumento de salário. Estas transformações, segundo Antunes (2000, p.43):

[...] criaram, portanto, uma classe trabalhadora mais heterogênea, mais fragmentada e mais complexificada, dividida entre trabalhadores qualificados e desqualificados, do mercado formal e informal, jovens e velhos, homens e mulheres, estáveis e precários, imigrantes e nacionais, brancos e negros etc., sem falar nas divisões que decorrem da inserção diferenciada dos países e de seus trabalhadores na nova divisão internacional do trabalho.

É evidente que, para o reestabelecimento do capitalismo mediante a crise da década de 1970, as mudanças acarretaram resultados negativos para a economia mundial, como inflação, queda no nível de produção, desemprego e o estacionamento da comercialização entre os países. Com a tentativa de superação da crise, houve impactos violentos para a classe trabalhadora, fortalecendo ainda mais as relações de subalternização enquanto classe dominada, através do trabalho subcontratado, informal, parcial, temporário, o baixo assalariamento e a limitação do número de trabalhadores da indústria com vínculos empregatícios estáveis, sendo aliado ao capital globalizado, o Estado neoliberal.

2.1 Estado Neoliberal e precarização do trabalho no Brasil

O Estado neoliberal também conhecido como “Estado mínimo” pressupõe uma nova organização nas funções do Estado, buscando retirar deste a responsabilidade na garantia dos direitos dos indivíduos, a redução de investimentos em políticas públicas e a criação de políticas sociais focalizadoras, eximindo-se de controlar e regular a economia, atribuindo dessa forma total “autonomia/liberdade” aos mercados e abrindo espaço para um processo de privatização das empresas estatais e o aumento da produção, visando atingir o desenvolvimento econômico. Conforme Harvey (2013, p.76):

[...] o neoliberalismo transformou as regras do jogo político. A governança substituiu o governo; os direitos e as liberdades têm prioridade sobre a democracia; a lei e as parcerias público-privadas, feitas sem transparência, substituíram as capacidades deliberativas baseadas em solidariedades sociais. Culturas oposicionistas tiveram, portanto, de se adaptar a essas novas regras e encontrar novas maneiras de desafiar a hegemonia da ordem existente.

Dessa forma, o neoliberalismo é implantado com o propósito de assegurar a mínima intervenção do Estado na economia, ocasionando na liberdade dos

comércios e mercados. A relação direta do capitalismo com o Estado neoliberal objetivava cada vez mais adquirir e perpetuar privatizações lucrativas e acumulação do capital. Do outro lado, isenta-se de garantir o bem-estar coletivo, atribuindo aos indivíduos a função de acesso e controle aos bens disponíveis, responsabilizando-os pelo seu sucesso ou fracasso.

Os avanços do sistema neoliberal, juntamente com a globalização do capitalismo e a reestruturação do modo de produção, provocaram o surgimento de um outro processo, que se baseia na redução dos custos com trabalhadores, no aumento da produtividade, na diminuição de empregos formais; processo esse denominado terceirização.

No Brasil, a terceirização ocorre com a implantação das primeiras empresas de grande porte e multinacionais, intensificando-se a partir da década de 1990, com os contratos temporários, o aumento na exploração da força de trabalho, a precarização das condições de trabalho e a flexibilização de alguns direitos. Nesse sentido, Coutinho (2015), ressalta que, “[...] a terceirização caminha a passos largos no Brasil para se transformar em modo predominante de contratação obreira, sempre acompanhada da redução de direitos dos trabalhadores, esvaziamento sindical, mortes e acidentes no trabalho.” (COUTINHO, 2015, p.117).

A prática da terceirização tem sido cada vez mais adotada pelas empresas, por se apresentar vantajosa para os empresários. Nesse sentido, há um aumento crescente das empresas prestadoras de serviço que recrutam mão-de-obra ou serviços temporários com o objetivo de atender às necessidades das empresas contratantes, sem a criação de vínculo com nenhum desses trabalhadores que lhes prestam serviços. Dessa forma, Correia (2012, p. 98), afirma que a terceirização se dá:

[...] quando uma empresa em vez de executar serviços diretamente com seus empregados, contrata outra empresa, para que esta os realize com o seu pessoal sob a sua responsabilidade. O empregador é contratado pela empresa intermediadora (empregadora), mas presta serviços em outro local (empresa tomadora).

Nessa perspectiva, é aprovada a Lei n.º 13.429/2017, em que se permite terceirizar a força de trabalho, abrangendo todas as atividades da organização, inclusive atividades-fim, que anteriormente não poderiam ser terceirizadas (apenas se podiam terceirizar as ditas atividades-meio). Outros pontos que

merecem destaque correspondem à liberação das empresas dos encargos trabalhistas e previdenciários, à redução da vinculação jurídica com a empresa, impactando diretamente na falta de estabilidade desse trabalhador e a opção atribuída às empresas contratantes no oferecimento de atendimento médico e ambulatorial ao terceirizado, o que acarreta impactos para a saúde e a segurança dos trabalhadores brasileiros.

2.2 A realidade profissional do Serviço Social no Hospital Regional de Santo Antônio de Jesus, BA (HRSAJ)

Diante do recorte no Recôncavo Baiano, o presente trabalho analisa a realidade profissional do Serviço Social no Hospital Regional de Santo Antônio de Jesus. Primeiramente, traçaremos o perfil da instituição e identificação do quadro profissional.

O Hospital Regional de Santo Antônio de Jesus (HRSAJ) está localizado no município de Santo Antônio de Jesus, com uma área de 261 km², que fica situada na região do Recôncavo Sul. O Recôncavo baiano é a região localizada em torno da Baía de Todos-os-Santos. Este hospital é equipado para realizar atendimentos de média e alta complexidade e suprir demanda da região do Recôncavo; funcionando como perfil de hospital de grande porte, com atendimentos de urgência e emergência 24 horas, com diversas especialidades médicas. Atende a uma população de 900 mil habitantes, abrangendo 32 municípios do Recôncavo, fora os flutuantes, vindos de outras regiões e até da capital. Quanto à faixa etária da população atendida, pode-se considerar que é bem diversificada, pois não há uma restrição ou faixa de idade que o hospital tenha para seus pacientes, sendo atendidos de bebês desde seu nascimento até pessoas idosas.

O quadro profissional do setor do Serviço Social no HRSAJ é composto por seis profissionais de Serviço Social, sendo que uma dessas profissionais possui o cargo de coordenação. Para a atuação dos profissionais, são reservadas salas, com o equipamento necessário para o desempenho de suas funções, garantindo um atendimento sigiloso ao usuário. As profissionais trabalham em turnos de doze horas e a organização da rotina se divide por

escalas, durante as quais realizam os atendimentos de demandas espontâneas, seguindo a rotina da unidade.

Pode-se destacar ainda que a equipe de Serviço Social atua de forma multidisciplinar, tendo como objetivo alcançar uma visão mais ampla do paciente e do contexto no qual ele está inserido, levando em conta os aspectos sociais, econômicos e culturais.

Apesar disso, o HRSAJ não deixa de se inserir no contexto de transformações sociais e reestruturação flexível. Nesse sentido, destacam-se alguns aspectos da precarização das condições de trabalho desses profissionais na referida instituição. O primeiro aspecto é a inserção numa instituição gerida por uma empresa terceirizada, o que limita suas ações. Entende-se isso devido à fragilidade do vínculo ao qual estão expostas as profissionais. Vale destacar que as Assistentes Sociais ali inseridas correm risco de ficar desempregadas, por terem uma vinculação contratual informal. Ou seja, pode ocorrer o desligamento daquele profissional por parte da diretoria a qualquer momento.

Além disso, em relação às questões salariais, segundo o Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (DIEESE, 2017), o salário de trabalhadores terceirizados é 25% menor do que os dos empregados formais. Isso tudo apresenta um cenário que afeta toda uma estrutura organizacional, com fragilidades, subalternidades e precarização do trabalho e suas relações.

Como afirma Luciano Vasapollo, a nova organização capitalista do trabalho se caracteriza cada vez mais pela precariedade, pela flexibilização e desregulamento, de maneira sem precedente para os assalariados (VASAPOLLO, 2006).

O segundo aspecto identificado é a superlotação e o número reduzido de profissionais direcionadas para estas demandas, que, em diversas vezes, não conseguem realizar o atendimento de forma eficaz, ficando sobrecarregadas em serviços que, com um número maior de profissionais, poderiam funcionar de modo totalmente diferente. Pode-se exemplificar essa questão com as entrevistas sociais nos andares, que geralmente só acontecem quando se tem a presença de dois assistentes sociais no hospital e sem demandas espontâneas para atender.

O terceiro aspecto é a falta de comunicação entre os próprios funcionários do hospital e a falta de entendimento sobre a função e atribuições do Serviço Social, o que resulta em várias situações de encaminhamentos equivocados para as salas de atendimento do Serviço Social, o que gera uma fila de espera com demandas que são atribuições de outros setores.

Ressalta-se que diversos projetos de intervenção foram desenvolvidos por estagiários, sob supervisão das Assistentes Sociais, no intuito de tornar mais nítidas as atribuições do Serviço Social. Esses projetos têm como objetivo intervir para que, de fato, os demais funcionários do HRSAJ compreendam o real papel do Serviço Social, que, por muitas vezes, é visto como um “faz-tudo”, de modo a minimizar sua missão e real valor.

Por fim, apresenta-se o quarto aspecto, que é a relação com a gestão. Esta também não é diferente, pois várias estratégias são criadas pelas Assistentes Sociais no intuito de manter uma relação harmoniosa e, ao mesmo tempo, traçar formas de consolidar essa autonomia relativa frente à gestão, tentando fazer com que as demandas apresentadas pelos usuários tenham prioridade diante dos interesses dos gestores. Isso porque dentro do hospital existe uma pirâmide de hierarquia e, com isso, surgem obstáculos para os setores considerados subalternos.

Dessa forma, analisando a realidade profissional do Serviço Social no Hospital Regional de Santo Antônio de Jesus, e buscando novas perspectivas, faz-se necessário destacar a importância do Assistente Social na saúde para o planejamento, qualificação e execução dos serviços oferecidos aos usuários, apesar de todos os desafios apontados nesse campo de trabalho.

Em síntese, quanto à precarização do trabalho do Assistente Social, frente ao cenário político atual, destaca-se que as profissionais são todas contratadas e que o HRSAJ, apesar da natureza pública, é gerido pelo setor privado. Ainda com todos os desafios expostos, é notório o esforço das profissionais da instituição em executar um serviço de qualidade frente às demandas.

3 CONCLUSÃO

As transformações capitalistas proporcionam mudanças no mundo do trabalho. A partir dos anos de 1970, evidencia-se o advento da expansão do capital com a transformação no setor econômico proveniente da queda das taxas de lucros e de investimentos, como também a crise de superprodução, resultando em uma reestruturação que visava restabelecer os lucros. Disso deriva a acumulação flexível e a reestruturação produtiva como meios de enfrentamento à crise.

Diante desse contexto, no Brasil, a reestruturação é implantada a partir da década de 1990. Esta é apresentada sob formas de subcontratação, de terceirização da força de trabalho, os contratos por prazo determinado, a precarização das condições de trabalho e a negação de direitos historicamente conquistados. E impacta diretamente na vida dos trabalhadores, exigindo características como polivalência, trabalho multifuncional com a elevação da jornada de trabalho e sem adquirir aumento de salário.

Essa conjuntura não se difere na realidade profissional dos Assistentes Sociais. Os Assistentes Sociais, em sua formação, são direcionados a exercer sua atuação profissional numa perspectiva crítica e que seja baseada em estudos e na leitura da totalidade social, atuando de forma que amplie a autonomia dos sujeitos trabalhadores e fortaleça o projeto ético-político profissional. Porém, com o cenário que se apresenta, existem desafios para que se realize uma atuação profissional crítica e comprometida.

No Hospital Regional de Santo Antônio de Jesus, o Serviço Social atua com o objetivo de prestar assistência e intervir nas demandas solicitadas pelos pacientes, familiares e em algumas demandas postas pelo próprio hospital. Todavia, ressaltam-se alguns aspectos da precarização das condições de trabalho desses profissionais na referida instituição. Exemplos: estes estarem inseridos numa instituição gerida por uma empresa terceirizada com um vínculo empregatício fragilizado; a superlotação da unidade e o número reduzido de profissionais, o que os sobrecarrega; a falta de comunicação entre os próprios funcionários do hospital e a falta de entendimento sobre a função e atribuições do Serviço Social; a relação com a gestão, pois dentro do hospital existe uma pirâmide de hierarquia e, com isso, surgem obstáculos para realização do trabalho.

Dessa forma, analisando a precarização das condições de trabalho das/os Assistentes Sociais no Hospital Regional de Santo Antônio de Jesus, faz-se essencial destacar a importância de uma articulação com entidades, forças políticas e movimentos dos trabalhadores em defesa de condições dignas de trabalho; a afirmação do horizonte social e ético-político do projeto profissional no trabalho cotidiano, adensando as lutas pela preservação e ampliação dos direitos mediante participação qualificada nos espaços de representação e fortalecimento das formas de democracia; e o cultivo de uma atitude crítica e ofensiva na defesa das condições de trabalho e da qualidade dos atendimentos, potenciando a nossa autonomia profissional.

REFERÊNCIAS

ANTUNES, R. L. C. NEOLIBERALISMO, REESTRUTURAÇÃO PRODUTIVA E MUDANÇAS NO MUNDO DO TRABALHO. Disponível em: <https://bdjur.stj.jus.br/jspui/bitstream/2011/25497/neoliberalismo_reestruturacao_produtiva_mudancas.pdf>. Acesso: 05 abr. 2019.

_____. Capítulo II. Trabalho e precarização numa ordem neoliberal. Disponível em: <<http://biblioteca.clacso.edu.ar/clacso/gt/20101010021549/3antunes.pdf>>. Acesso: 09 abr. 2019.

BARROCO, M. L. Ética e Serviço Social: fundamentos sócio-históricos. São Paulo: Cortez, 2008.

CORREIA, H. Direito do Trabalho. 3. ed. rev. atual. e ampl. 2012, JusPODIVM.

COUTINHO, G. F. Terceirização: Máquina de Moer Gente Trabalhadora. São Paulo: LTr, 2015. Disponível em: <<http://www.ltr.com.br/loja/folheie/5216.pdf>> Acesso em: 11 abr.2019.

CUNHA, T. H. L. OFORDISMO/TAYLORISMO, O TOYOTISMO E AS IMPLICAÇÕES NA TERCEIRIZAÇÃO. Disponível em:<https://escola.mpu.mp.br/publicacoes/boletim-cientifico/edicoes-do-boletim/boletim-cientifico-n-47-janeiro-junho-2016/o-fordismo-taylorismo-o-toyotismo-e-as-implicacoes-na-terceirizacao/at_download/file>. Acesso: 04 abr. 2019.

DIEESE. Terceirização e precarização das condições de trabalho Condições de trabalho e remuneração em atividades tipicamente terceirizadas e contratantes. Disponível

em:<<https://www.dieese.org.br/notatecnica/2017/notaTec172Terceirizacao.pdf>>
. Acesso em 11 abr. 2019.

FREITAS, T.F. OS REBATIMENTOS DA REESTRUTURAÇÃO PRODUTIVA SOBRE A CLASSE TRABALHADORA E A QUESTÃO SOCIAL. Disponível em: <<http://cress-mg.org.br/hotsites/Upload/Pics/d0/d04d0895-06ac-4927-a90c-9cacf36e758c.pdf>>. Acesso: 05 abr. 2019.

HARVEY, D. Cidades rebeldes: Passe livre e as manifestações que tomaram as ruas do Brasil. São Paulo: Boitempo/Carta Maior, 2013. Disponível em: <<https://joaocamillopenna.files.wordpress.com/2015/11/david-harvey-cidades-rebeldes.pdf>>. Acesso: 09 abr. 2019.

MARX, K. O Capital: crítica da economia política. Tradução por Regis Barbosa e Flávio R. Kothe. São Paulo: Nova Cultural, 1996. Livro 1, v. 1, t. 2 (Os economistas). Disponível em: <http://www.histedbr.fe.unicamp.br/acer_fontes/acer_marx/ocapital-1.pdf>. Acesso: 09 abr. 2019.

KODJA, C. C. CRISE ECONÔMICA AO FINAL DO SÉCULO XX - 1970 A 2000: advento de uma nova organização social e financeira. Disponível em: <<http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8137/tde-09112009-114329/>>. Acesso: 06 abr. 2019.

SANTOS, J. S. PARTICULARIDADES DA QUESTÃO SOCIAL NO CAPITALISMO BRASILEIRO. Rio de Janeiro: UFRJ, 2012.

VASAPOLLO, Luciano. O TRABALHO ATÍPICO E A PRECARIIDADE: ELEMENTOS ESTRATÉGICO, DETERMINANTE DO CAPITAL NO PARADIGMA PÓS-FORDISTA. In: ANTUNES, Ricardo (Org). Riqueza e miséria do Trabalho no Brasil. São Paulo: Boitempo, 2006, p. 45–58.